I e II, todos da Lei Estadual nº 5.251, de 31 de julho de 1985, com a redação dada pela Lei Estadual nº 6.049, de 11 de junho de 1997;

Considerando as informações constantes no Processo nº 2018/276575,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Pensão Policial-Militar mensal, no valor de R\$ 1.820,28 (mil oitocentos e vinte reais e vinte e oito centavos), em favor de CASSYA THAYS BLASBERG SOUZA e ENZO BLASBERG SOUZA, viúva e filho menor, do SD PM RG 40666 RESYLEN DE LIMA SOUZA, falecido no dia 19 de março de 2018, em virtude de acidente em serviço, cabendo a cada um dos dependentes cotas-partes do montante do benefício, nas seguintes datas e proporções:

I - 50% (cinquenta por cento) à CASSYA THAYS BLASBERG SOUZA e 50% (cinquenta por cento) a ENZO BLASBERG SOUZA, a contar de 19 de março de 2018.

Parágrafo único. O filho menor faz jus à cota-parte da Pensão Policial-Militar até completar vinte e um anos, salvo se comprovar a condição de estudante e desde que não perceba remuneração, caso no qual o direito estender-se-á até que complete 24 (vinte e quatro) anos.

Art. 2º A Pensão Policial-Militar mencionada corresponde ao soldo e demais vantagens da graduação de Cabo a que foi promovido "post-mortem", assim discriminados:

Soldo de Cabo..... R\$ 827,40
 Gratificação de Risco de Vida (100%)..... R\$ 827,40
 Gratificação de Habilitação Policial Militar (20%)..... R\$ 165,48
 Provento Mensal..... R\$ 1.820,28
 Parágrafo único. A Pensão Policial-Militar de que trata este artigo será reajustada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), na data-base de 1º de janeiro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos financeiros retroagindo a 19 de março de 2018.

PALÁCIO DO GOVERNO, 21 de janeiro de 2020.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

DECRETO DE 16 DE JULHO DE 2020.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.135, inciso III e XX, da Constituição Estadual, e Considerando a necessidade de cumprimento da decisão judicial proferida nos autos do processo nº. 0012321-51.51.2015.8.14.0301, em favor de ODAILSON FERREIRA CAVALCANTE, a qual determinou ao Estado do Pará que proceda a nomeação do autor no cargo de Professor Classe I, Nível A – Modalidade: Educação Especial, com lotação na Secretaria de Estado de Educação – SEDUC;

Considerando os termos do Ofício nº. 687/2020, datado de 7 de maio de 2020 da Procuradoria-Geral do Estado - PGE, constante do Processo nº. 2020/327853,

RESOLVE:

Art.1º – Nomear, de acordo com o art. 34, § 1º, da Constituição Estadual, combinado com o art. 6º, inciso I, da Lei Estadual nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, ODAILSON FERREIRA CAVALCANTE, para exercer na condição sub judice, o cargo de Professor Classe I, Nível A – Modalidade: Educação Especial, 14ª URE: Capanema, Município: Primavera, em virtude de aprovação no concurso público C-167, com lotação na Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 16 DE JULHO DE 2020.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

ERRATA

No Anexo Único do Decreto Estadual datado de 15 de julho de 2020, publicado na Edição Extra do Diário Oficial do Estado nº. 34.282, de 15 de julho de 2020, página 11, coluna 2, que trata da Progressão Funcional de integrantes do Grupo de Polícia Civil, código GEP-700:

Onde se lê: EVANDRO MOREIRA DA ROCHA RAÚJO JÚNIOR

Leia-se: EVANDRO MOREIRA DA ROCHA ARAÚJO JÚNIOR

ERRATA

No Decreto datado de 18 de fevereiro de 2020, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 34.122, de 19 de fevereiro de 2020, página 4, coluna 2, que trata de autorização de viagem :

Onde se lê: "(...) no período de 18 a 24 de fevereiro de 2020 (...)"

Leia-se: "(...) no período de 17 a 24 de fevereiro de 2020 (...)"

Protocolo 562325

DECRETO Nº 905, DE 16 DE JULHO DE 2020

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 9.835.048,54 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso V da Lei Orçamentária nº 8.969, de 30 de dezembro de 2019

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R\$ 9.835.048,54 (Nove Milhões, Oitocentos e Trinta e Cinco Mil, Quarenta e Oito Reais e Cinquenta e Quatro Centavos), para atender à programação abaixo:

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
071011545114897645 - SEDOP	0101	444042	3.000.000,00
071011751214897480 - SEDOP	0101	449051	2.971.713,43
071011751214897480 - SEDOP	0101	449093	2.000.000,00
171022884600009044 - Enc. SEFA	0101	339039	1.000.000,00
171022884600009049 - Enc. SEFA	0106	339093	134.362,53
171022884600009049 - Enc. SEFA	0306	339093	116.222,58
311010612815028832 - CBM	0101	339036	150.000,00
311010618215027563 - CBM	0106	449052	462.750,00
TOTAL			9.835.048,54

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através da(s) unidade(s) orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
161011212215097603 - SEDUC	0106	449051	462.750,00
171022884300009006 - Enc. SEFA	0101	469071	1.000.000,00
171022884500003066 - Enc. SEFA	0106	459065	134.362,53
171022884500003066 - Enc. SEFA	0306	459065	116.222,58
311010612815028833 - CBM	0101	339047	150.000,00
842020927200019028 - FINANPREV	0101	319001	7.971.713,43
TOTAL			9.835.048,54

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 16 de julho de 2020.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

HANA SAMPAIO GHASSAN

Secretária de Estado de Planejamento e Administração

DECRETO Nº 906, DE 16 DE JULHO DE 2020

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 97.261.472,28 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso III da Lei Orçamentária nº 8.969, de 30 de dezembro de 2019

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R\$ 97.261.472,28 (Noventa e Sete Milhões, Duzentos e Sessenta e Um Mil, Quatrocentos e Setenta e Dois Reais e Vinte e Oito Centavos), para atender à programação abaixo:

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
842020927200019026 - FINANPREV	0654	319001	17.827.966,95
842020927200019026 - FINANPREV	0654	319003	11.626.033,03
842020927200019027 - FINANPREV	0654	319001	35.779.385,65
842020927200019028 - FINANPREV	0654	319001	25.906.409,39
842020927200019028 - FINANPREV	0654	319003	6.121.677,26
TOTAL			97.261.472,28

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 16 de julho de 2020.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

HANA SAMPAIO GHASSAN

Secretária de Estado de Planejamento e Administração